

HISTÓRIA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

MÔNICA CRUZ TENÓRIO DOS SANTOS

Graduação em Pedagogia pela Universidade São Marcos(2001); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Jacarepaguá(2007); Especialista em Educação pela FACONNET(2023), Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental CAT 3.



RESUMO

A justificativa para a realização deste trabalho baseia-se na realização de uma pesquisa crítica que investiguem a realidade escolar brasileira, a partir da compreensão do desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo e social de crianças na Educação Infantil entre 0 e 3 anos de idade. O estudo dos referenciais bibliográficos nos levou a refletir sobre o histórico dos centros infantis e sua evolução na história do nosso país. Usada como recurso lúdico o ato de contar histórias desperta um novo olhar, desenvolvendo na criança um comportamento prazeroso. Os objetivos é refletir sobre objetivo da educação infantil ao longo da história.

PALAVRAS-CHAVE: História; Centro de Educação Infantil; Evolução.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende demonstrar a evolução histórica da educação infantil e dos centros de educação Infantil, sabemos que ela possui fundamental importância para a formação do cidadão, porém por muito tempo não foi dada a devida importância a infância e sua construção.

Sabemos que conhecer a história e todo o processo que se deu para a construção da identidade da educação infantil é fundamental para entendermos o processo que se dá hoje e a importância de garantir que as legislações vigentes sejam cumpridas e entendidas do porquê é necessário estudos e fundamentação para a infância, tendo em vista a história de uma infância desvalorizada.

HISTÓRIA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Para iniciar este trabalho de conclusão de curso, vimos que seria necessário ler sobre a história da Educação nas creches para entendermos o trabalho desenvolvido atualmente nos Centros de Educação Infantil (CEIS).

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda.

Em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

A partir dos anos 30, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização do poder.

Neste momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972; SAM – 1941 e FUNABEM; Legião Brasileira de Assistência em 1942 e Projeto Casulo; UNICEF em 1946; Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953; CNAE em 1955; OMEP em 1969 e COEPRE em 1975.

O estado de bem-estar social não atingiu todos da população da mesma forma, trazendo desenvolvimento e qualidade só para alguns. A teoria foi muito trabalhada, mas pouco colocada em prática. Neste sentido, as políticas sociais reproduzem o sistema de desigualdades existentes na sociedade.

Resumindo esse período, encontraremos um governo fortemente centralizado política e financeiramente, acentuada fragmentação institucional, exclusão da participação social e política nas decisões, privatizações e pelo uso do clientelismo.

Da década de 60 e meados de 70, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta a Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos esse nível, em 1971. Neste mesmo ano, lei 5692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começaram esse processo sem ajuda do Estado

e da União.

Em 1970 existe uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso, foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa.

As carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, o que faz com que seus filhos repitam o ano. Faltam-lhes requisitos básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessário para garantir seu sucesso escolar. E a pré-escola irá suprir essas carências. Contudo, essas pré-escolas não possuíam um caráter formal; não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico sério. A mão-de-obra, que constituía as pré-escolas, era muitas das vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho.

Percebemos que a educação não era tratada por um órgão somente, era fragmentada. A educação se queixava da falta de alimentação e das condições difíceis das crianças. Nesse quadro, a maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter assistencialista, que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo muito vezes prestado de forma precária e de baixa qualidade enquanto as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Consta-se um maior número de creches particulares, devido à privatização e à transferência de recursos públicos para setores privados.

Nos anos 80, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Através de congressos, da ANPED e da Constituição de 88, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino (tanto creches como escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega a escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios com o Estado para desenvolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações.

Com a Constituição de 88 tem-se a construção de um regime de cooperação entre estados e municípios, nos serviços de saúde e educação de primeiro grau. Há a reafirmação da gratuidade

do ensino público em todos os níveis, além de reafirmar serem a creche e a pré-escola um direito da criança de zero a seis anos, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico. Neste período, o país passa por um período muito difícil, pois aumentam-se as demandas sociais e diminuem-se os gastos públicos e privados com o social. O objetivo dessa redução é o encaminhamento de dinheiro público para programas e público-alvo específico.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência., criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nos anos 90, o Estado brasileiro vê na privatização das empresas estatais o caminho para resolver seu problema de déficit público, não tentando resolver com um projeto mais amplo de ampliação industrial. Com essa situação, na educação tem-se aumentado a instituição de programas de tipo compensatório, dirigido para as classes carentes. Esse programa requer implementação do sistema de parceria com outras instituições, já que o Estado está se retirando de suas funções.

Concluindo, a educação infantil é muito nova, sendo aplicada realmente no Brasil a partir dos anos 30, quando surge a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país. E a educação infantil pública é muito ineficiente devido à politicagem existente no governo brasileiro, que está favorecendo a privatização da educação, como a de outros setores também.

DA CRECHE AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A questão da creche avançou muito no Brasil nos últimos anos. Vários setores da sociedade (grupos ligados aos movimentos populares, representantes dos Conselhos da Condição Feminina, a comunidade acadêmica, profissionais que atuam nos programas pré-escolares) passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais. A pressão articulada desses setores junto à Assembleia Constituinte culminou num marco importantíssimo na história da creche brasileira: a aprovação das principais reivindicações na Constituição de 1988. Entre os mais importantes artigos figuram os referentes à inclusão da creche no sistema escolar e à educação da criança de zero a seis anos através dessas instituições e da pré-escola.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, a creche, portanto, passa a ser subordinada à área de educação, configurando-se não mais como uma “agência de guarda e assistência” e sim como uma instituição educacional, criando-se, assim, novas responsabilidades para o sistema escolar, com a constituição o direito a Educação para crianças de 0 a 6 anos estava garantido.

Mas somente essa ação não foi suficiente para garantir o direito adquirido pelas crianças era necessária uma política de educação para esta clientela, que constituirá instrumento a guiar a ação da União, dos Estados e Municípios. Para a criança ter este direito constitucionalmente reconhecido faz surgir novas perspectivas quanto ao favorecimento pleno de sua potencialidade, pois se trata

de novas condições que, devidamente estruturadas, deverão proporcionar desabrochamentos ou novos aprendizados.

As funções atribuídas às creches atualmente, é possível observarmos as diferenças desde a de “guardar” crianças até a de prepará-las para o ensino fundamental, visando garantir-lhes sucessos acadêmicos futuros.

A Constituição Brasileira (1988), garantindo o direito da criança à educação desde os seus primeiros meses de vida, vem corroborar com essa “função”, pois a primeira infância consiste na fase da vida em que ocorrem algumas das modificações mais importantes pelas quais passa o ser humano durante a sua existência.

A fim de fazer valer as premissas contidas na legislação a Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação de crianças de 0 a 6 anos em creches, pré-escolas e instituições similares, como são os CEIs e as EMEIs da rede de ensino municipal de São Paulo, como direito do cidadão e dever do Estado. Tal concepção também aparece no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), criando oportunidade para os educadores que trabalham na área discutirem as funções dessas instituições e suas formas de trabalho pedagógico. Desta forma, a creche está definitivamente inserida no sistema educacional de ensino.

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Este documento orienta as Políticas Públicas para Educação Infantil da cidade de São Paulo. Tem como eixos o Educar e Cuidar de forma indissociável e a otimização dos Tempos e Espaços de Aprendizagem, visando contribuir com um currículo que propicie às crianças condições, de fato, de aprendizagem, respeitando-as como sujeitos sociais e de direitos, capazes de pensar e agir de modo criativo e crítico. O documento representa mais uma oportunidade para o contínuo aprimoramento pessoal e profissional dos educadores responsáveis pelo atendimento das necessidades crescentes da população de crianças de 0 a 6 anos.

Hoje, a tarefa que se propõe à educação infantil é redefinir os dois termos, integrando-os em uma só meta: mediar o desenvolvimento sociocultural de nossas crianças desde seu nascimento. A integração dos CEIs, das Creches com as EMEIs, formando o nível que a legislação chama de Educação Infantil, tem requerido que seja superada a histórica dicotomia que tem considerado a creche como um local de cuidar da criança e a pré-escola como um ambiente de educá-la.

Cuidar da criança não significa somente atender suas necessidades físicas oferecendo-lhe condições de se sentir confortável em relação a sono, fome, sede, higiene, dor, embora esses aspectos devam ser atendidos com a maior eficiência possível, dado serem as crianças pequenas vulneráveis a vários riscos e doenças que podem ser previstos e As atividades de cuidado incluem, além disso, criar um ambiente que garanta, ao lado do conforto e da segurança física, a segurança

psicológica das crianças e o acompanhamento e estimulação para que explorem o ambiente e construam sentidos pessoais, à medida que vão se constituindo como sujeitos com formas de agir, sentir e pensar culturalmente determinadas, embora apropriadas de modo único e inovador.

DO ASSISTENCIALISMO AO EDUCAR E CUIDAR

Segundo as Orientações Curriculares - Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas SME/DOT, "as atividades de cuidado incluem, além disso, criar um ambiente que garanta, ao lado do conforto e da segurança física, a segurança psicológica das crianças e o acompanhamento e estimulação para que explorem o ambiente e construam sentidos pessoais, à medida que vão se constituindo como sujeitos com formas de agir, sentir e pensar culturalmente determinadas, embora apropriadas de modo único e inovador".

Cuidar da criança não significa somente atender suas necessidades físicas oferecendo-lhe condições de se sentir confortável em relação a sono, fome, sede, higiene, dor, embora esses aspectos devam ser atendidos com a maior eficiência possível, dado serem as crianças pequenas vulneráveis a vários riscos e doenças que podem ser previstos e Cuidar da criança não significa somente atender suas necessidades físicas oferecendo-lhe condições de se sentir confortável em relação a sono, fome, sede, higiene, dor, embora esses aspectos devam ser atendidos com a maior eficiência possível, dado serem as crianças pequenas vulneráveis a vários riscos e doenças que podem ser previstos e controlados. O necessário trabalho preventivo ocorre pelo estabelecimento de uma parceria com as famílias na observação de sinais e detecção de sintomas ligados a alguns problemas e doenças e o encaminhamento da criança ao serviço de saúde.

A prevenção do conforto e da segurança física, a segurança psicológica das crianças e o acompanhamento e estimulação para que explorem o ambiente e construam sentidos pessoais, à medida que vão se constituindo como sujeitos com formas de agir, sentir e pensar culturalmente determinadas, embora apropriadas de modo único e inovador. Cuidar da criança é uma ação complexa que envolve diferentes fazeres, gestos, precauções, atenção, olhares. Refere-se a planejar situações que ofereçam à criança acolhimento, atenção, estímulo, desafio, de modo que ela satisfaça suas necessidades de diversos tipos e aprenda a fazê-lo de forma cada vez mais autônoma.

Uma educação que cuida da criança propõe metas valiosas a sua aprendizagem e seu desenvolvimento e, além disso, seleciona educa quando promove e acolhe as interações que a criança estabelece com outras crianças e quando organiza e dá oportunidade para que elas compartilhem experiências e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a educação da infância evoluiu consideravelmente pela história estudada, criança que aqui falamos é a entendida tal qual ela é na educação atual, "entendida como um indivíduo capaz de desenvolver a aprendizagem das várias linguagens, do mesmo modo que aprendeu

falar, ou seja, com base no que já sabe, ela vai incorporar mais habilidades, sujeito de direitos e com voz.

O educador precisa se apropriar da história dos centros de educação infantil e da infância, para que isso impacte atualmente e reflita de modo positivo gerando uma aprendizagem significativa e respeitosa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosura e bobices**. 5ª. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. (Voloshinov, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6a ed,- Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. S. P.: HUCITEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. , Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetização e Linguística**, 8ª Ed. São Paulo, Scipione,1999.

COELHO, B. **Contar histórias uma arte sem idade**. Ed. ática Rio de Janeiro: 1986.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 10ª. - ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 9ª. - ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.